

1 Aos vinte e quatro dias de março de dois mil e dezoito, às nove horas e quarenta
2 minutos, na sede do CFP, situado no Setor de Administração Federal Sul, quadra dois,
3 bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito Federal,
4 iniciou-se o segundo dia da décima sexta plenária do décimo sétimo plenário do CFP.
5 Estavam presentes Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Pedro
6 Paulo Gastalho de Bicalho, Andréa Esmeraldo Câmara, Célia Zenaide da Silva, Clarissa
7 Paranhos Guedes, Elizabeth de Lacerda Barbosa, Daniela Sacramento Zanini, Fabian
8 Javier Marin Rueda, Júnia Maria Campos Lara, Maria Márcia Badaró Bandeira, Marisa
9 Helena Alves, Jureuda Duarte Guerra, Paulo Roberto Martins Maldos, Rosane Lorena
10 Granzotto e Sandra Elena Sposito. Justificaram a ausência Rogério Giannini, Cleia
11 Oliveira Cunha, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa, Fabiana Itaci Corrêa de Araújo,
12 Iolete Ribeiro da Silva e Regina Lúcia Sucupira Pedroza. Norma Celiane Cosmo estará
13 ausente porque representará o CFP em reunião preparatória sobre DCNs no CRP-14.
14 Pedro Paulo Gastalho de Bicalho saudou aos presentes e deu início aos trabalhos do dia.
15 **Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)**: Alexandre Trzan, representante do
16 CFP junto à ANS, apresentou relatório de suas atividades ao plenário. Atualmente, o
17 CFP integra quatro espaços de representação na ANS, a saber Comitê de Padronização
18 das Informações em Saúde Suplementar (COPISS), Comitê Técnico de Avaliação da
19 Qualidade Setorial (COTAQ), Grupo Técnico da Lei 13.003 (Fator de Qualidade), GT
20 de Revisão do Rol de Procedimentos. No mês de maio deste ano haverá reunião com a
21 direção da ANS no Rio de Janeiro, cujo objetivo é tratar das pautas prioritárias da
22 Psicologia na Saúde Suplementar. Há vários problemas éticos que afetam os psicólogos
23 na área, como o tempo de atendimento, o pagamento irrisório, a quantidade de sessões
24 disponibilizadas. Para além de questões da categoria profissional, a Saúde Suplementar
25 é marcada pelo ato médico, pois o atendimento em Psicologia está sempre condicionado
26 a encaminhamentos de médicos, o que demonstra hierarquização do saber e
27 contrariedade à interdisciplinaridade. Outrossim, a Saúde privada é excludente, pois
28 foca na rentabilidade, e não na Saúde em si, enfraquece o Sistema Único de Saúde
29 (SUS) e enfatiza "modelo privatista, hospitalocêntrico, medicalizante". As deliberações
30 da ANS produzem, portanto, considerável impacto para a Psicologia Clínica, que é
31 porta de entrada para o mercado de trabalho para muitos psicólogos. No que tange ao
32 condicionamento de atendimento psicológico à autorização médica, é necessário que o
33 CFP se aproxime do Conselho Federal de Medicina (CFM) a fim de procurar sanar o
34 problema. O plenário decidiu promover articulação com os demais conselhos
35 profissionais da área da saúde para denunciar as práticas da ANS. Haverá produção de
36 um manual de orientação para psicólogos que trabalham na Saúde Suplementar, que
37 deverá abordar aspectos a serem observados em contratos, como a remuneração, o
38 número de sessões e tempo de atendimento. Alexandre Trzan e Rosane Granzotto
39 deverão ser entrevistados para falar da Psicologia e da Saúde Suplementar. O CFP
40 deverá fazer campanha para mudanças nos planos de saúde com a diretoria do Instituto
41 Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) e avaliar a possibilidade de promover ação
42 judicial relativa à Lei 13.003 de dois mil e quatorze. **Comissão Intersetorial de**
43 **Promoção, Proteção e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde**
44 **(CIPPSPICS)**. Delvo Ferraz da Silva, representante do CFP e da Sociedade Brasileira

Abreu
Júnia
Itaci
MSS
J
Almeida

J *MC* *Trzan* *DS* *J* *P* *CFP*

45 de Psicologia e Acupuntura (SOBRAPA) na CIPPSPICS, apresentou ao plenário o
46 trabalho desenvolvido por essa comissão do CNS. As Práticas Integrativas e
47 Complementares Saúde (PICS), denominadas pela Organização Mundial da Saúde
48 (OMS) como medicinas tradicionais e complementares, foram institucionalizadas no
49 SUS por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC).
50 Dentre várias práticas, muitas de caráter milenar, estão a arteterapia, ayurveda,
51 biodança, musicoterapia, naturopatia, reflexoterapia. Essas práticas ampliam as
52 abordagens de cuidado e as possibilidades terapêuticas para os usuários, garantindo uma
53 maior integralidade e resolutividade da atenção à saúde. Há críticas ao modelo médico
54 ocidental, que desconsidera o viés não biomédico dessas práticas. A acupuntura,
55 entendida muitas vezes como próxima das ciências naturais e humanas, figura como um
56 problema entre as profissões de saúde precisamente por não se restringir a ditames
57 medicamentosos. Delvo Ferraz da Silva considera que, de certo modo, também a
58 Psicologia reproduz o ato médico ao não reconhecer devidamente práticas como a
59 acupuntura por ser ela de cunho filosófico e religioso. De acordo com Rosane
60 Granzotto, um dos problemas apresentados é a recente prática chamada Constelação
61 Familiar, que, apesar de ter algumas décadas, é relativamente recente no Brasil. Há,
62 inclusive, psicólogos usando o procedimento como prática complementar no âmbito do
63 SUS. Observou Alexandre Trzan que é preciso haver cautela para não confundir
64 Psicologia e religião, pois se houver possibilidades práticas relacionadas ao hinduísmo
65 ou ao budismo, por exemplo, não poderia haver objeções à Psicologia evangélica. Foi
66 decidido que o CFP elaborará posicionamento sobre práticas alternativas e
67 complementares para submetê-las à próxima APAF. **Constelações familiares e outras**
68 **práticas no âmbito das PNPICs.** A GTEC tem recebido constantemente
69 questionamentos relativos à atuação de psicólogos no âmbito das PNPICs. Nesse
70 sentido, produziu-se uma resposta padronizada, que foi aprovada pelo plenário. Seria
71 útil mapear os profissionais de Psicologia que fazem práticas tradicionais. No quesito
72 específico da prática Constelações Familiares, decidiu-se que, por ser uma prática
73 recente do ponto de vista de produções científicas, não há reconhecimento dessa prática.
74 Há uma mistura de terapia sistêmica e espiritismo e, mesmo que haja universidades
75 no México que façam pesquisas sobre o método, isso ainda não é robusto no Brasil. Em
76 relação à psicoterapia ser prática exclusiva da Psicologia, houve entendimento de que a
77 subjetividade não constitui a posse de psicólogos, pois isso seria análogo ao ato médico.
78 Propôs-se um GT da APAF que aborde práticas privativas do psicólogo dentro da
79 perspectiva de que a subjetividade não é objeto de estudo nem de ação limitado à
80 Psicologia. **Grupo de Estudos sobre o Aborto (GEA).** Letícia Gonçalves,
81 representante do CFP no GEA, apresentou seus trabalhos ao plenário. Há, no Supremo
82 Tribunal Federal (STF), ação para despenalização do aborto no Brasil, mas, por outro
83 lado, há Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) que visam a criminalizar o
84 procedimento em casos já previstos em leis, como de mulheres grávidas em decorrência
85 de violência sexual, por exemplo. O GEA procura realizar lobby político para que o
86 aborto seja legalizado. O GEA é apoiado pela Área Técnica da Saúde da Mulher do
87 Ministério da Saúde e pelo Ministério Especial para as Políticas para as Mulheres. Por
88 meio da rede de contatos desses órgãos, o GEA realiza seminários e outros eventos para

CPB
D
P
P

M
M

J
J
D
A
T
M

89 abordar o assunto. É preciso ampliar o debate na Psicologia, sobretudo para abordar a
90 questão dos profissionais que trabalham com mulheres que abortaram. Antes do
91 intervalo para o almoço, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega lamentou a morte
92 de Neide Rodrigues, secretária executiva do CNS. O CFP deverá fazer uma nota de
93 falecimento. **União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI).** Inea
94 Giovana da Silva Arioli, atual representante do CFP na ULAPSI, apresentou suas
95 considerações sobre os trabalhos desenvolvidos no âmbito dessa organização. Quando
96 iniciou a representação, as entidades que integravam a organização estavam dispersas,
97 sendo que apenas três instituições participavam regularmente das atividades. Neste ano,
98 haverá um Congresso na Costa Rica e, em dois mil e dezenove, um Seminário da
99 ULAPSI no Brasil. Foi solicitada divulgação para o Congresso na Costa Rica. Ao ser
100 apontada a necessidade de um membro do plenário atuar na ULAPSI, recordou-se que,
101 ainda no início desta gestão, foi decidido designar outrem para participar das reuniões,
102 pois a representação parecia ser mais figurativa do que, de fato, operacional. O CFP
103 parece ser, muitas vezes, procurado para não somente simbolizar a Psicologia brasileira,
104 e não para desempenhar atividades. Posto que seja importante participar da ULAPSI, há
105 carência de articulações políticas, e foi nesse contexto que Inea Arioli foi convidada
106 para o CFP. Lembrou-se da proeminência da ULAPSI no bojo do Fórum de Entidades
107 Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e, do mesmo modo, no Congresso
108 Brasileiro de Psicologia (CBP). O CFP deverá convidar a ULAPSI para uma atividade
109 durante o CBP deste ano. Rogério Giannini foi indicado para representar o CFP na
110 representação da ULAPSI, e o CFP deverá procurar ser reeleito para continuar na
111 entidade. A ULAPSI tem de discutir problemas que perpassam toda a América Latina,
112 como a polarização de ideias, e seria edificante que contasse, também, com algo
113 semelhante à Comissão da Verdade. Além disso, é preciso haver maior incidência na
114 temática de direitos humanos. Rogério Giannini disse que ULAPSI é, de fato, um
115 projeto fundamental, mas vive grande crise devido à fragilidade das entidades de
116 Psicologia na América Latina. Enquanto no Paraguai, por exemplo, não há leis que
117 regulamentem a profissão, na Argentina há colegiados enfraquecidos, com distinção
118 entre as províncias. Além desse fato, há cerca de sessenta entidades de Psicologia em
119 toda a América Latina, sendo que o Brasil responde por vinte e seis delas. Destarte, há
120 evidente receio, por parte de entidades menores, da possibilidade de império da
121 Psicologia brasileira. O Plenário parabenizou o trabalho de Inea Arioli, e esta, por sua
122 vez, agradeceu as explicações dadas nesta reunião. **VII Congresso Latinoamericano**
123 **de Psicologia.** Decidiu-se que o CFP participará do Congresso da ULAPSI na Costa
124 Rica, e as mesas, de acordo com deliberação da Plenária, serão embasadas nos temas
125 propostos como centrais na América Latina. No total, além das mesas anteriormente
126 delineadas, a saber: "Conhecimento produzido em América Latina: o quê e para quem
127 publicar?" e "Desafios e avanços necessários para o aprimoramento da publicação
128 científica na América Latina", organizadas por Fabián Rueda, o CFP proporrá mesas
129 para o VII Congresso Latinoamericano de Psicologia, a saber "Democracia e
130 Violência", de responsabilidade de Pedro Paulo Bicalho, "Desmonte das políticas
131 públicas e impactos éticos e sociais no exercício da profissão", de responsabilidade de
132 Paulo Maldos, "Memória e Verdade", para tratar da questão étnico, racial e indígena,

Maneiras

Sina

D

Paul

MBS

A

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

133 assim como das comissões de investigação de ações estatais, de responsabilidade de
134 Célia Zenaide; "Gênero e Sexualidades", de responsabilidade de Sandra Sposito; e
135 "Migração, Direito e Cidade", de responsabilidade de Marisa Helena Alves. Rogério
136 Giannini deverá participar do congresso. A avaliabilidade da participação do CFP será
137 posteriormente discutida com consulta à conselheira tesoureira. A diretoria do CFP, em
138 próxima reunião, deverá indicar um conselheiro para compor o "GT Mulheres e
139 Interseccionalidades da ULAPSI". Inea Giovana da Silva Arioli e Carla Biancha
140 Angélucci deverão conversar sobre as mesas propostas pelo CFP. A data da plenária de
141 julho deste ano foi alterada para os dias vinte e vinte e um de julho, a fim de não
142 coincidir com o VII Congresso Latinoamericano de Psicologia. **Comissão de Direitos**
143 **Humanos do CFP (CDH-CFP)**. Ana Luíza de Souza Castro, convidada do CFP para
144 coordenar a CDH-CFP, apresentou histórico e plano de trabalho dessa comissão ao
145 plenário. Quando a coordenação foi assumida, não havia comissão instituída de fato
146 nem articulação com os CRPs. Assim, foi grande o esforço para reafirmar as ações da
147 comissão, de modo que esta se reconhecesse como um conjunto, e não segmentada em
148 eixos. É importante, pois, instrumentalizar a CDH-CFP com o apoio necessário para o
149 bom desempenho de suas atividades. Considerou-se fundamental que a CDH-CFP
150 também seja dotada de liberdade para agir, como aconteceu no caso do Depoimento sem
151 Dano. Durante a gestão de Fernanda Otoni, o CFP tendia a ser favorável ao
152 procedimento, mas, tendo sido constatadas violações de direitos, a CDH-CFP procurou
153 pautar o Congresso Nacional e o CONANDA, de modo que se logrou trazer a gestão de
154 Ana Bock frente ao CFP para o sentido contrário. Pretende-se realizar o VIII Seminário
155 Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, com o tema "Psicologia e Democracia:
156 Nenhum Direito a Menos" em abril e lançar um livro sobre as violências na chamada
157 "Cura gay" em maio deste ano. A respeito de entrevistas para essa publicação, a CDH-
158 CFP consultou a GJUR. Houve, inclusive, a precaução de não permitir participação de
159 conselheiros regionais quando havia possibilidade de impedimentos em processos
160 éticos. Paulo Maldos parabenizou as indicações de atual gestão para a CDH-CFP, pois
161 há grande cumplicidade, militância, entrega e disposição, como se pôde constatar nos
162 eventos de Bauru e de Salvador. O plenário aprovou o plano de ação deste ano para a
163 CDH-CFP. **Informe: andamento dos trabalhos da comissão.** Fabian Rueda informou
164 que, em continuidade aos trabalhos do Centro de Referência Técnica em Psicologia e
165 Políticas Públicas (CREPOP), foi instituída uma Comissão *ad-hoc* de Mobilidade
166 Urbana, Transporte e Trânsito, composta por ele mesmo como coordenador do CFP,
167 Andrea Nascimento, Gislene Macedo, Fábio de Cristo, Renan Cunha, Juliel Modesto,
168 Marlene Alves da Silva e Eduardo Moita. Já foi realizada reunião no dia vinte e seis de
169 fevereiro deste ano. Inicialmente, fora feita a leitura dos documentos produzidos pelos
170 CRPs, que resultou na produção de várias reflexões que necessitavam de um
171 posicionamento político mais explícito do CFP sobre a questão da Mobilidade Urbana,
172 Transporte e Trânsito. **V CBP.** Para o V CBP, já há mais de mil e quatrocentos
173 inscritos. Tendo em vista as apresentações dos representantes institucionais do CFP em
174 mais de setenta espaços, seria importante refletir esses trabalhos no congresso. Será
175 salutar, portanto, que o CFP inscreva o maior número possível de trabalhos. Foi
176 explicado que o CFP apenas custeará participantes no evento após inscrição deles como

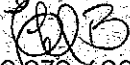
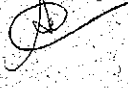
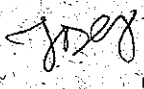
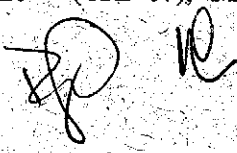
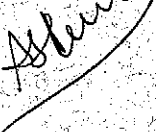
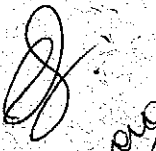
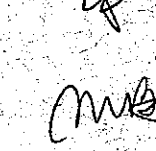
Handwritten signatures and initials:
Otoni
D
F
MMS
A

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:
P
W
J
Ph
D
P
MMS
A

177 participantes do V CBP. Além disso, como já definido anteriormente, a fim de otimizar
178 custos, o CFP só custeará representantes, psicólogos ou não, que apresentem
179 minimamente dois trabalhos. Em todos os convites do CBP, o CFP explicará aos
180 representantes que custeará a inscrição no congresso, a passagem, a diária, a
181 hospedagem ou a ajuda de custo, conforme for o caso exclusivas para os dias de
182 representação institucional, e não para todos os dias do evento. Os convidados, contudo,
183 terão liberdade de participarem de todos os dias se assim entenderem. **Avaliação de**
184 **Testes Psicológicos. 1. Orpheus Business Personality Inventory (OBPI).** O relatório
185 da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) que declara o teste
186 favorável foi lido, e o teste foi aprovado por unanimidade pelo plenário. **2. Bateria de**
187 **Avaliação para Seleção – eletrônica (BASE).** O relatório da CCAP que declara o teste
188 desfavorável foi lido, e o teste foi declarado desfavorável unanimidade pelo plenário. **3.**
189 **Avaliação de Teste Psicológico - Teste de Atenção Online.** O relatório da CCAP que
190 declara o teste favorável foi lido, e o teste foi declarado favorável unanimidade pelo
191 plenário. **4. Avaliação de Atualização de Normas - Teste Não Verbal de Inteligência**
192 **R-1.** O relatório da CCAP que aprovou a atualização das normas do teste foi lido, e o
193 plenário concordou, por unanimidade, com essa aprovação. **5. Avaliação de**
194 **Plataforma Informatizada - Inventário de Personalidade NEO Revisado – NEO**
195 **PI-R e Inventário de Cinco Fatores NEO Revisado – NEO FFI-R (versão curta).**
196 O relatório da CCAP que aprovou o estudo de equivalência entre a versão lápis e papel
197 e a informatizada dos testes NEO PI-R e NEO FFI-R foi lido, e o plenário concordou,
198 por unanimidade, com essa aprovação. **Atas da 15ª Plenária - 23 e 24/02/2018.** As atas
199 da décima quinta plenária foram aprovadas por unanimidade. **Fórum Social Mundial**
200 **(FSM) 2018.** O CFP esteve presente no FSM, realizado em Salvador entre os dias treze
201 e dezesseis de março deste ano. Responsável pela tenda de direitos humanos, o CFP
202 promoveu vários seminários, oficinas e reuniões. Houve grande participação do público,
203 e o local tornou-se referência. A Tenda Marcus Vinícius teve divulgação de publicações
204 e vídeos do CFP. Foram coletadas assinaturas de três abaixo-assinados: em defesa do
205 SUS "Somos Amigas e Amigos das Causas", pela apuração do assassinato de Marcus
206 Vinícius (CDH-CFP) e pela agilidade nas ações de assistência e reparação aos atingidos
207 pelo desastre de Mariana, em Minas Gerais (GT de Riscos e Desastres do CFP). Muitas
208 atividades contaram com transmissão *online*. Os conselheiros e funcionários do CFP,
209 único conselho profissional no evento, foram bastante elogiados. Criticou-se, contudo, a
210 pouca acessibilidade e deficiência do desenho universal para deficientes físicos no
211 evento. **Processos Éticos de abril e maio.** Primeiramente, recordou-se aos conselheiros
212 que, doravante, os processos administrativos serão julgados imediatamente após as
213 plenárias éticas. Em seguida, foi decidido postergar os processos éticos que ainda
214 careciam de relatores agendados para abril para maio deste ano. Designaram-se os
215 processos éticos para os seguintes relatores, com o número do Sistema Eletrônico de
216 Informações (SEI), CRP de origem e o conselheiro designado relator, respectivamente:
217 576600020.000798/2017-89 (CRP-06), Andréa Esmeraldo; 576600020.000918/2017-48
218 (CRP-06), Marisa Helena; 576600020.000886/2017-81 (CRP-06), Paulo Maldos;
219 576600020.000959/2017-34 (CRP-08), Sandra Sposito; 576600020.000965/2017-91
220 (CRP-07), Márcia Badaró; 576600020.000946/2017-65 (CRP-08), Sandra Sposito.

Provedor

Dina

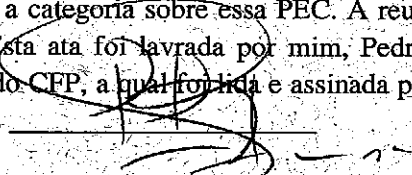


221 **Substituição de representante no CNS.** A diretoria do CFP solicitou ao plenário que
222 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega seja substituída, como representante do CFP
223 no CNS, por Marisa Helena Alves. Averiguar-se-á a possibilidade que aquela continue,
224 contudo, a participar da Comissão Intersetorial de Saúde Mental (CISM). Tendo em
225 vista haver grande ligação entre o FENTAS e o CNS, faz-se necessária a participação
226 nos dois espaços de representação institucional. Jureuda Guerra deverá acompanhar
227 Marisa Helena Alves na próxima reunião do FENTAS. **Informes e encaminhamentos**
228 **da representação do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD).** Em
229 reunião de dezenove de dezembro de dois mil e dezessete, o conselheiro do CONAD,
230 Osmar Terra, apresentou proposta de resolução que altera a Política Nacional sobre
231 Drogas. Em primeiro de fevereiro deste ano, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o
232 Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Sociedade Brasileira para o Progresso
233 da Ciência (SBPC) pediram vistas da matéria. O Ministro da Justiça deferiu o pedido
234 aos conselheiros solicitantes, e a matéria seguiu para votação na reunião seguinte. Na
235 reunião de primeiro de março deste ano, as entidades que solicitaram vistas, solicitaram
236 ao CONAD a promoção de audiências públicas e a consulta à comunidade científica, de
237 forma a ampliar o debate. Foi exigido, ainda, alinhar a resolução com os tratados
238 internacionais dos quais o Brasil é signatário e que ela fosse apreciada pela Comissão de
239 Legislação e Normas, como previsto pelo regimento interno do CONAD. As
240 recomendações não foram acatadas e o texto seguiu para votação. O Ministro Osmar
241 Terra patenteou durante a reunião que se deseja propor a abstinência total como
242 princípio das políticas sobre droga. Nessa última reunião, o CFP solicitou vistas, mas,
243 dessa vez, o pedido foi indeferido, o que infringe o regimento interno daquele conselho.
244 Assim, Paulo Aguiar e Clarissa Guedes, em concerto com a CDH-CFP, propuseram que
245 se tomem medidas judiciais contra a violação do direitos de vistas do CFP e a
246 rearticulação da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos por meio de Diálogo
247 Digitais. É desejável estabelecer uma agenda de ações, assim como uma plataforma
248 brasileira sobre uso de drogas. Clarissa Guedes procedeu à leitura de uma minuta de
249 nota sobre o que tem acontecido no CONAD, que foi aprovada pelo plenário. Quer-se,
250 agora, a adesão dos CRPs. O plenário também aprovou articulação com o Ministério
251 Público para verificar possíveis ações conjuntas, assim como um diálogo digital para
252 tratar do tema das drogas para o dia doze de abril. **PEC 372/2017 - Cria a Polícia**
253 **Penal.** A GTEC elaborou minuta de nota de apoio à Associação dos Profissionais
254 Penitenciários de Nível Superior do Rio Grande do Sul (APROPENS do RS) e de
255 Emenda à PEC 372 de dois mil e dezessete, que cria a polícia penal. O texto da PEC
256 não contempla as assistências e o tratamento penal, previstas na Lei de Execução Penal.
257 Isso limita a atividade do Sistema Prisional à custódia e à segurança e,
258 consequentemente, coloca em risco o trabalho de atenção e inclusão social que é
259 desenvolvido pelos servidores nas casas prisionais. É quase certo que a PEC será
260 aprovada quando a intervenção militar no Rio de Janeiro terminar, sobretudo pelo apoio
261 da bancada evangélica do Congresso Nacional. É preciso, contudo, insistir no
262 tratamento, recuperação e assistência, e não apenas na segurança. O plenário aprovou a
263 nota de apoio à APROPENS do RS e de Emenda à referida PEC. Pediu-se, contudo,
264 para que se envie ofício ao CRP-07, sugerindo assinatura conjunta da nota de apoio,

Handwritten notes and signatures on the right margin:
- "Osmar" (vertical)
- "Paulo" (vertical)
- "Clarissa" (vertical)
- "Guedes" (vertical)
- "APROPENS" (vertical)

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:
- J. Aguiar
- P. Aguiar
- Osmar Terra
- Paulo Aguiar
- Clarissa Guedes
- APROPENS

265 porém sem condicionar a publicação da nota ao posicionamento desse CRP. Os CRPs
266 deverão, também, ser solicitados a informar a categoria sobre essa PEC. A reunião foi
267 encerrada às vinte horas e doze minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo
268 Gastalho de Bicalho, conselheiro secretário do CFP, a qual foi lida e assinada por todos
269 os presentes acima nomeados e referenciados



Alencar

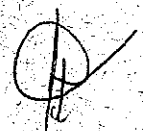
Barbosa

Carvalho

Jureide Duarte Guerre



M.B.M.



De B. W. W.

Priscila Z. de Jesus

Clarimel. Guedes

M. A. S.

